

**POR UMA INTERDISCIPLINARIDADE “FOCALIZADA”
NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

in: Machado, Ida; Coura-Sobrinho, Jerônimo & Mendes, Emília (orgs.), *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*, Belo Horizonte, NETII FALE/UFMG, 2013, p. 17-51.

Patrick Charaudeau

Como tratar de uma questão tão ampla e complexa como a interdisciplinaridade quando, por um lado, Claude Lévi-Strauss nos convida, em nome do método da bricolagem, a estabelecer conexões entre a antropologia, a linguística, a literatura, a arte, a psicologia, o direito, a religião, etc., e, por outro lado, Edgar Morin nos incita, para além da *transdisciplinaridade*, a “ecologizar as disciplinas”, levando em conta “tudo o que é contextual, incluindo as condições culturais e sociais” e adotando, às vezes, um ponto de vista “metadisciplinar”, cita Blaise Pascal, o precursor, segundo o autor:

[...] sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e sendo, todas elas, sustentadas por um elo natural e imperceptível, que as liga, sejam elas as mais distantes e/ou as mais diferentes, seria (im)possível conhecer as partes sem se conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem se conhecer as partes?¹

No entanto, parece-me que há uma outra maneira de tratar a questão, ao mesmo tempo mais modesta e não desprovida de interesse, qual seja, aquela que consiste em examinar a noção de interdisciplinaridade sob a luz de alguns trabalhos tais como os meus próprios, nos quais, se podemos dar-lhes algum crédito, sempre defendi e pratiquei essa perspectiva de análise.

Não se trata, assim, de abraçar a totalidade das disciplinas das ciências humanas e sociais. Não abordarei aqui essa questão sob a perspectiva dos campos disciplinares institucionalmente definidos, os quais sabemos, através dos trabalhos de Bourdieu, são

¹ Tradução livre de: « [...] toutes choses étant causées et causantes, aidées et aidantes, médiates et immédiates, et toutes s'entretenant par un lien naturel et insensible qui lie les plus éloignées et les plus différentes, je tiens impossible de connaître les parties sans connaître le tout, non plus que de connaître le tout sans connaître particulièrement les parties »?

também conhecidos como "campos de poder". Também não levarei em conta as teorias e suas metodologias, uma após a outra, para estabelecer interconexões entre algumas disciplinas, como é feito em alguns colóquios ou obras coletivas.

Tampouco entrarei na polêmica que opôs, entre os anos 1960 e 1980, os defensores de uma monodisciplinaridade e os que defendiam uma abordagem multidisciplinar. Naquela época, era delicado falar de interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, porque havia o risco de ter o rótulo de cientificidade negado por aqueles que achavam que só a monodisciplinaridade poderia reivindicar essa qualificação. O rigor do método científico exigiria uma grande especialização, que só poderia ser exercida em um território conceitual bem definido em torno de postulados e/ou hipóteses bem determinadas, com ferramentas de análise próprias para cada disciplina.

No entanto, paralelamente, pensadores e pesquisadores da época, tais como Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault, Edgar Morin, para citar apenas alguns, não deixaram de navegar entre diferentes disciplinas, sem, contudo, teorizar sobre uma interdisciplinaridade. Reivindicava-se uma *inter-*, *multi-* ou *trans-disciplinaridade*, em nome da complexidade crescente do mundo, do colapso do conhecimento, da pluralidade dos saberes sobre os mesmos fatos sociais e sua necessária articulação.

Essa oposição – reforçada pelo jogo institucional de defesa de um território disciplinar, com a finalidade de dar visibilidade social e constituição de um saber acadêmico objetivando o ensino no contexto de um sistema escolar e universitário –, estabeleceu uma rivalidade entre os pesquisadores das ciências humanas e sociais, uns acusando os outros de não se situarem no núcleo duro da disciplina, a única garantia, segundo eles, para obter o rigor científico, e de preferirem a "periferia mole", e outros criticando os guardiães do monodisciplinar, acusados de verem apenas os aspectos muito parciais dos fenômenos humanos, através de microanálises que, ainda que importantes, parecem servir somente aos seus fins e acabam por impedir a compreensão global dos fenômenos estudados.

A esse tipo de antagonismo, acrescenta-se o fenômeno do "isolamento" de algumas correntes teóricas em detrimento de outras. Em nome da adesão de novos paradigmas, tidos como mais explicativos que os anteriores, impunham-se modos de

pensamento e de análise que pretendiam ocupar todo o espaço do campo científico (o funcionalismo, o estruturalismo, o pragmatismo), a ponto de, às vezes, excomungar, por razões mais ideológicas que científicas, outros como, por exemplo, o marxismo e o lacanismo.

Essas oposições não desapareceram totalmente. Certamente não há mais disciplina que se quer onipotente, que busque dominar, de maneira absoluta, o campo das ciências humanas e sociais. Entretanto, oposições ainda persistem, ainda que sob novas formas. Por um lado, há pesquisadores que se valem de novos métodos de análise, contam com a ajuda de instrumentos tecnológicos tidos como um princípio de explicação (por exemplo, o uso da informática em um *corpus* para estabelecer resultados estatísticos precisos), ainda que, de acordo com os seus adversários, eles são apenas novos métodos de coleta, armazenamento e programação de dados empíricos; ou, ainda, os proponentes de análise cognitiva, ou neural, que tem como horizonte explicativo o que, em última análise, funcionaria no cérebro humano. Por outro lado, há os defensores de análises qualitativas detalhadas e de procedimentos interpretativos que se situam no cruzamento de diferentes disciplinas, como mostram, para além das ciências humanas e sociais, alguns projetos de pesquisa entre as ciências biológicas e as sociológicas. Vê-se, de fato, florescer seminários e obras consagradas à questão da multidisciplinaridade, manifestações que, em nome da crescente complexidade do conhecimento, testemunham o problema de reunir diferentes disciplinas.

Não será dessa forma polêmica que abordarei aqui a questão da interdisciplinaridade. Prefiro refletir sobre a possível união de disciplinas. Mas, se tal reunião é necessária, como isso deve acontecer? Descartei a opção de comparar disciplinas institucionalmente definidas, visto que podemos cair em uma discussão estéril sobre a importância de cada uma delas. Também rejeitei o procedimento que consiste em examinar as teorias em si mesmas, pois corremos o risco de interpretar, de maneira equivocada, alguma teoria em particular, caso ela não seja “a nossa praia”. Deveríamos, então, comparar os conceitos fundadores, revisar as ferramentas analíticas, ou deveríamos observar como diferentes disciplinas analisam o mesmo objeto de estudo? A última opção parece ser a mais adequada a um encontro das disciplinas, ainda que seja praticamente

impossível levar todas elas em conta, uma após a outra, um trabalho considerável ao qual Edgar Morin se dedicou.

O que gostaria de fazer aqui, de forma mais modesta, é abordar essa questão pelo viés de algumas problemáticas suscetíveis de darem conta da forma como podem ser descritos os fenômenos sociais através de algumas práticas de análises. Quando me pergunto sobre o que constitui uma disciplina, tento apontar quais devem ser as condições de uma interdisciplinaridade e mostrar como ela pode ser implementada no campo da análise dos fenômenos de comunicação.

Sobre esse projeto, um último ponto: essa análise será feita sob a perspectiva de um semiólogo, analista do discurso que, tendo atravessado as ciências da linguagem da época do estruturalismo até os dias de hoje, se confrontou com os pensamentos e os trabalhos de semanticistas em torno de Bernard Pottier, com os semioticistas em torno de Algirdas Greimas, de narratologistas em torno de Genette, se viu diante de uma certa filosofia em torno de Michel Foucault, de uma semiologia polivalente em torno de Roland Barthes, e que foi levado a colaborar com sociólogos e psicossociólogos em seus trabalhos sobre a mídia e sobre a comunicação, sem mencionar os filósofos da política nas análises sobre o discurso político. Portanto, é possível que outros pesquisadores que tomaram outros caminhos não compartilhem de alguns dos meus pontos de vista. Além disso, eles podem achar que, no meu esforço para encontrar conceitos comuns entre as disciplinas, acabo por estabelecer o impasse no que diz respeito às distinções mais sutis que mostrariam, no final das contas, que há mais diferenças do que semelhanças, mas essa é uma condição do espírito da interdisciplinaridade, o de aceitar algumas simplificações (e não deformações) para estabelecer ligações entre as disciplinas. Para aqueles que seriam contra tal abordagem, é precisamente uma troca de pontos de vista que eu os convido.

Uma primeira dificuldade: o uso dos termos

Como tantas vezes na história das ciências humanas e sociais, há modas passageiras. Mas uma moda, para que ela se imponha, ela precisa ser declarada como tal, mesmo si não a aplicamos de forma sistemática. Ela é declarada de várias maneiras:

quando, por exemplo, institucionalmente, no projeto de constituição de um "centro de pesquisa", é decretado na lista da criação intelectual de um campus universitário que instaurará uma "sinergia" entre as diferentes disciplinas, o que permitirá uma "interdisciplinaridade efetiva" ; e/ou na chamada para participação em um congresso cujo título é "Discurso social – Perspectivas interdisciplinares sobre um conceito problemático", ou, ainda, em obras que questionam, a partir de uma disciplina, sobre as interconexões com outras disciplinas.

Mas, ao mesmo tempo, a dúvida se instala sobre a definição dessa noção, quando o termo interdisciplinaridade aparece de maneira equivalente (às vezes, como complemento), a outros termos, como podemos notar em alguns títulos de conferências: "Língua/Linguagem e Cultura – Abordagens interdisciplinares e inter-paradigmáticas" ; "O Eu e o Outro – Estudo multidisciplinar da diferença" ; títulos nos quais pode-se adicionar a ocorrência com outros termos como *multidisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*.

Em seu livro sobre a interdisciplinaridade em análise do discurso, Frédéric Darbellay dedica seus primeiros capítulos para fazer distinções entre esses diferentes termos. Antes mesmo de ter lido, eu me havia proposto distinguir *inter-* de *pluri-* disciplinar e observar os diferentes pontos de vista.

Não vou entrar em detalhes sobre essas distinções, mas, assim como o autor, considero que *pluridisciplinaridade* é "uma soma de disciplinas, sem verdadeira interação entre elas", o que faz com que cada disciplina mantenha sua autonomia, não reexamine seus pressupostos sob o ponto de vista de outra disciplina, e faça (de maneira saudável) análise de um objeto de estudo, também ele analisado por outras disciplinas, mas somente sob sua ótica. Trata-se de uma justaposição de pontos de vista que trazem um conhecimento especial sobre o fenômeno estudado. Neste momento, por exemplo, o CNRS implementa programas de pesquisa envolvendo especialistas das disciplinas tais como biologia humana ou animal, biodiversidade, evolução, ecologia, com especialistas em ciências humanas e sociais tais como ciências da linguagem, informação e comunicação, sociologia. Os primeiros estão mais preocupados com a forma pela qual os resultados de seus trabalhos circulam no espaço público, buscam saber como os discursos dos pesquisadores são tratados, processados ou até mesmo deturpados pelas mídias. Se

esses diferentes cientistas estão interessados no que outras disciplinas podem trazer, isso acontece de maneira periférica, na medida em que não é o objetivo questionar sua própria fala enquanto cientistas. Trata-se de um pedido de colaboração de outras competências para tratar de uma questão que ultrapassa o âmbito de competência inicial. Podemos citar também o caso de simpósios que convocam várias disciplinas para que cada uma traga o seu ponto de vista sobre o mesmo fenômeno que afeta a saúde, a segurança, o meio ambiente etc. Nesse caso, estamos falando de *multidisciplinaridade*, que se distingue de *pluridisciplinaridade*, na medida em que essa última é centrada em um questionamento comum entre as disciplinas envolvidas, enquanto que a primeira é aberta, sem limites, sobre grandes questões, sem problematização particular. A *transdisciplinaridade*, como parece indicar o prefixo *trans-*, corresponde a um movimento de cruzamento de disciplinas, resultando em uma “co-construção do conhecimento que atravessa literalmente as disciplinas constituídas”. Isso é, parece-me, o encaminhamento, embora de maneiras diferentes, que seguem Roland Barthes (entre literatura, filosofia, psicanálise), Michel Foucault (entre filosofia e história) e Edgar Morin (entre diferentes disciplinas do conhecimento). Trata-se de uma integração de saberes de diferentes disciplinas de tal maneira que faz emergir um discurso *sui generis* construindo seu próprio lugar de pensamento.

A *interdisciplinaridade* é mais difícil de se conseguir, ela “não é fácil como parece”, como disse Roland Barthes, visto que ela consiste em estabelecer verdadeiras conexões entre conceitos, métodos de análise e modos de interpretação de várias disciplinas. Não basta apenas usar diferentes disciplinas em um mesmo objeto de análise ; é preciso confrontar várias competências disciplinares com o intuito de tornar mais pertinentes esses conceitos e instrumentos de análise, ou ampliar o leque de interpretações a partir dos resultados advindos dos procedimentos de análise comuns. E é sobre isso que gostaria de tratar, mas, antes, cabe perguntar sobre o que há de comum entre as ciências humanas e sociais.

O campo disciplinar

Uma disciplina é constituída por um certo número de princípios fundadores, hipóteses gerais, conceitos que determinam um campo de estudo e permitem, ao mesmo tempo, construir o fenômeno que está sendo analisado. Constitui-se, assim, um quadro conceitual, e é no interior desse quadro que podem ser construídas várias teorias, como proposição de uma certa sistêmica em torno de algumas categorias. Sem quadro teórico, ponto de discussão possível, não poderíamos dizer em nome de que avaliar, confirmar ou contestar os resultados de uma análise. Trata-se de um princípio de pertinência: discutir as explicações que damos sobre o mundo só é possível se conhecemos o quadro conceitual, as categorias, os modos de raciocínio e os procedimentos de análise dos quais elas dependem.

Para ser aplicável, operacional, esse quadro conceitual precisa de instrumentos de descrição e prova que permitam, ao mesmo tempo, construir o objeto de análise, decompô-lo, caso necessário, fazer distinções ou aproximações, esclarecer os mecanismos do fenômeno em estudo e apresentar o todo sob a forma de resultados a serem interpretados. Esse instrumento constitui uma *metodologia*, e é essa dupla teoria-metodologia que funda uma disciplina, determinando sua pertinência.

Pode acontecer, no entanto, que várias posições teórico-metodológicas coexistam no interior de um mesmo quadro conceitual. Mas, na medida em que essas posições compartilham as proposições fundadoras de um mesmo quadro conceitual, podemos dizer que elas pertencem ao mesmo *campo disciplinar*. Isso faz surgir em seu interior diferentes subdisciplinas. Isso é o que acontece, por exemplo, no campo das ciências psicológicas, que se divide em várias subdisciplinas (psicologia cognitiva, psicologia social, psicologia clínica), mas que se referem, todas elas, a uma certa concepção de psicológico em oposição, por exemplo, ao sociológico ou ao antropológico. Isso também acontece com o campo das ciências da linguagem, que se divide em várias subdisciplinas (linguística descritiva da língua, linguística cognitiva, sociolinguística, etnolinguística, linguística discurso), todas elas se referindo, no entanto, a conceitos comuns de signos, forma e sentido, ordens paradigmáticas e sintagmáticas, enunciado/enunciação e procedimentos para coleta e análise de *corpus*. O mesmo acontece na sociologia,

antropologia e história. Esta noção de campo disciplinar é útil para evitar algumas disputas que acontecem dentro das ciências humanas e sociais, que, às vezes, negam o estatuto de disciplina às ciências da educação e da comunicação. Estamos lidando com dois campos disciplinares que circunscrevem, cada um a sua própria maneira, seu campo de estudo, e que, de acordo com o objeto estudado, podem recorrer, quando necessário, a outras disciplinas, tais como a sociologia, a psicologia social, a linguística da língua e do discurso, a história etc.

Podemos até mesmo constatar que, às vezes, são estabelecidas, em cada uma destas subdisciplinas, *correntes* disciplinares propondo hipóteses, categorias, e uma abordagem analítica específicas. Esse é o caso da sociologia com as correntes interacionista, compreensiva, crítica, de acordo com um *construtivismo social*; é também o caso da análise do discurso, subdisciplina pertencente ao campo das ciências da linguagem, no interior da qual vemos várias correntes, algumas mais historicizantes, outras mais ideologizantes, e ainda outras mais formais e/ou mais comunicacionais.

Isso produziu, de maneira clara, uma explosão disciplinar no campo das ciências humanas e sociais, ao qual são adicionadas, às vezes, novas técnicas de análise ou de posições ideológicas, tornando-as, em alguns casos, uma Escola, o que faz com que qualquer classificação entre campo disciplinar, disciplina, subdisciplina e linha possa prestar-se a discussões. Entretanto, não é meu objetivo aqui fazer tal classificação. Cabe lembrar que, no interior das ciências humanas e sociais, há disciplinas, que se baseiam em pressupostos teóricos; que usam uma metodologia e que se prestam a diferentes práticas de análise, visto que, na falta de tal quadro, qualquer explicação é mero comentário – e jamais análise – sobre o mundo. O comentário recusa categorizar, ele globaliza e faz afirmações “essencializantes”, oferecendo uma explicação *natural*; a análise, por sua vez, categoriza e propõe distinções com base em determinados critérios para, em seguida, mostrar combinações possíveis, propondo uma explicação *cultural* aos fenômenos, certamente relativa, mas podendo ser discutida e tendo uma função crítica.

Caracterização dos fenômenos sociais e problematizações

Os fenômenos sociais podem ser considerados como conjuntos de signos (incluindo ações) que se originam simultaneamente: de razões *estruturais*, na medida em que são organizados segundo normas recorrentes e reprodutíveis, mais ou menos estáveis, mais ou menos institucionalizadas, as quais sobredeterminam em parte as ações sociais ; de razões *processuais*, na medida em que eles resultam de ações estratégicas implementadas por sujeitos que procuram se individualizar em termos de restrições estruturais, estratégias que acabam por fazer evoluir essas estruturas. Uma vez definidos sob esse duplo aspecto estrutural e processual, os fenômenos sociais testemunham diferentes práticas sociais que se instauram em uma sociedade.

Se observarmos as práticas analisadas que tentam descrever esses fenômenos, podemos ver que elas são distribuídas em torno de três grandes problemáticas:

-) uma problematização que se interessa em identificar e descrever os processos de *regulação social*: os indivíduos e os grupos sociais, submetidos às relações de força nas quais eles procuram estabelecer sua identidade em relação ao outro (princípio da alteridade) em um jogo de atração e afastamento, estabelecem ligações que lhes permitem se reconhecer, seja por força das trocas (comportamentos e palavras), seja por recorrência. É descrevendo esses comportamentos, esses *papéis sociais e identidades* que os caracterizam, que se dedicam diferentes disciplinas, cada uma à sua maneira. Podemos considerar que é ao final desses processos de regulamentação que se constituem as *normas de uso*: as normas languageiras estudadas pela sociolinguística sob a forma de correlações, a etnometodologia e a análise do discurso, quando ela se propõe a determinar os gêneros discursivos; as normas dos quadros de experiência que a sociologia interacionista estuda; as normas relacionais que estruturam as sociedades estudadas pela antropologia em torno da hipótese da "doação" como uma sequência lógica de interesses entre indivíduos doadores e receptores envolvidos de maneira consubstancial em torno de um objeto sacralizado; as normas organizacionais dos processos de comunicação através da descrição de diversos *dispositivos* que os retratam e pelos quais se interessam as ciências da comunicação e os estudos sobre a mídia.

-) uma problematização concernente à questão das *relações de força* que se instauram entre os indivíduos e os grupos sociais dentro do mesmo conjunto de regulação social, o que leva os sujeitos a se valerem de estratégias para se impor aos outros (relação de dominação), sair da relação de dominação (contra-poder), encontrar alianças (jogo de persuasão), ser amado pelo outro (jogo de sedução). Esse princípio de influência engendra os conceitos de *estratégias*, de *influência* e, novamente, de *identidade* psicossocial, noções centrais em várias disciplinas: da psicologia social que estuda, de maneira experimental, os processos de influência; passando pela sociologia, que se interessa em descrever os fenômenos de dominação; até a análise do discurso, que descreve as estratégias discursivas dos sujeitos da enunciação que permeiam vários tipos de discurso (publicitário, político, midiático).

-) uma problematização que se interessa pela maneira como se constroem e se organizam os sistemas de pensamento em *saberes*, saberes de conhecimento e de crença. Essa problematização faz emergir as noções de *representações sociais*, de *imaginários sociais* e de *ideologias* que, elas também, se encontram no centro de várias disciplinas, mesmo que cada uma delas proponha uma definição própria para os termos: a antropologia social, com os arquétipos, através do estudo de mitos e histórias; a sociologia, com os imaginários coletivos, através da observação dos comportamentos, da organização das instituições e pesquisas de campo; a psicologia social, com o processo de compreensão dos comportamentos; e a análise do discurso, que busca revelar as ideologias subjacentes aos discursos de diferentes atores sociais.

Essa visão do conjunto a respeito das problematizações de estudo dos fenômenos sociais permite ver como, a partir dessas noções comuns, as diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais constroem seus objetos segundo seus pressupostos teóricos e ferramentas metodológicas: algumas disciplinas privilegiam estudos de campo com procedimentos de observação e investigação (sociologia e antropologia), outras privilegiam procedimentos de experimentação (psicologia social), outras, ainda, preferem análises de *corpus*, com procedimentos mais ou menos sistêmicos de coleta e processamento de material semiológico reunido (história, ciências da linguagem).

Podemos ver, entretanto, ao mesmo tempo, o que essas disciplinas têm em comum: sociologia, psicologia social, antropologia social, ciências do discurso e da

comunicação, para citar apenas algumas; elas têm em comum não só noções mas também problematizações, ou seja, um mesmo quadro de questionamento. Isso as leva a recorrer, caso necessário, a outras abordagens e procedimentos. Certamente, estudos de campo, estudos experimentais e estudos de *corpus* remetem a quadros teóricos e metodológicos diferentes, porém podem se complementar ou até mesmo interferir nas questões que surgem no decorrer de uma pesquisa. As ciências sociais e humanas implementam uma abordagem dupla: "empírico-indutivo", que vai desde a observação de fenômenos sociais, de acordo com alguns métodos de coleta de dados, até a descrição de um objeto construído em categorias interpretativas em função de um instrumento metodológico (processo *up*) e "hipotético-dedutivo", mais conceitual, que parte de hipóteses e categorias previamente estabelecidas para verificar a validade dos instrumentos utilizados. Trata-se de um movimento de ida e volta entre essas duas abordagens, discutidas desde Aristóteles, passando por Kant e a fenomenologia quanto à maneira de manter ao mesmo tempo o que advém do sentido e o que advém da razão, que se elaboram conceitos e ferramentas de análise, e que interpretações são feitas. Qualquer disciplina de ciências humanas e sociais enfrenta problemas de identificação de dados pertinentes, de coleta, de classificação segundo certas categorias, de análise e de interpretação dos resultados. Desse ponto de vista, podemos dizer que essa dupla abordagem é de ordem *construtivista*.

Assim, entendemos que o mesmo fenômeno ou o campo da prática social pode ser construído em vários objetos de análise, dependendo de uma mesma problematização. Por exemplo, os domínios de prática política, midiática, jurídica ou educacional se tornarão objetos de estudos sociológico, psicosociológico, antropológico ou discursivo, mas, ao mesmo tempo, esses objetos serão atravessados por noções comuns (*identidade, representações, influência e persuasão*). Por conseguinte, não há campo de estudo reservado. Por exemplo, o estudo dos fenômenos políticos não é, como alguns sugerem, a exclusividade das ciências políticas, nem da sociologia política, da análise do discurso político e tão pouco da filosofia política. Cada abordagem disciplinar opera em um ponto em cada uma destas áreas e cria, assim, um lugar de pertinência de análise que lhe é própria. A questão que permanece é, no entanto, a de uma articulação possível entre elas.

Por uma interdisciplinaridade "focalizada"

A interdisciplinaridade é o esforço que diferentes disciplinas empreendem para articular entre si conceitos, instrumentos e resultados das análises. Isso não pode ser feito com várias disciplinas ao mesmo tempo, visto que, para levantar uma questão ou tomar de empréstimo conceitos, é preciso levar em consideração seu referencial teórico, afim de não deformá-los, para poder questioná-los à luz de uma outra disciplina e explicar até que ponto e com que propósito de análise podem ser tomados de empréstimo e incorporados em uma outra disciplina. Esse trabalho só pode ser feito através da comparação entre duas disciplinas, mesmo que esta operação seja multiplicada, isto é, repetida disciplina por disciplina. Ofereço, na sequência, e a título de observação, alguns exemplos de articulação em torno de conceitos, instrumentos e recursos de outras disciplinas.

Algumas noções em questão

A noção de *identidade* é do tipo que, por algum tempo, foi objeto de reflexões interdisciplinares. Ela é ponto central na sociologia, na psicologia social, na antropologia, na semiologia, na análise do discurso e cada uma dessas disciplinas a define à sua maneira.

Essa noção está relacionada à questão do *sujeito* que é ele próprio definido de forma diferente, segundo as disciplinas e as épocas. Sabemos que, desde o final dos anos 1980, falou-se, em diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, sobre um “retorno do sujeito”, significando com isso uma ruptura com o modelo estruturalista, que o havia negado em sua alteridade e o havia classificado como **portador do social e da ideologia (um ser social e ideológico)**. Mais precisamente, existia, evidentemente, a questão do sujeito, mas esse sujeito era a sociedade ou o social ou, ainda, o pensamento social, ou seja, uma entidade abstrata, um sistema que, através de suas diversas configurações governamentais e institucionais, sobredetermina os atores. Assim, era possível pretender evidenciar (às vezes, denunciar) as relações de dominação que se estabelecem na sociedade, através de um processo de *objetivação*, e evitar entrar na subjetividade dos atores sociais considerada perigosa para o estabelecimento da verdade. A questão do

sujeito, **retorna**, então, ainda que de maneira diferente. Para alguns sociólogos, como Alain Touraine, que, **retomando** a ideia do “cuidado de si” (**là, je ne sais pas. Il faudrait voir comment ça a été traduit chez Foucault, ou "preocupação de si"**) que Michel Foucault desenvolvia em suas últimas aulas no Collège de France, propõe distinguir o eu pessoal do indivíduo e o do ator social para redefinir a questão em uma perspectiva da alteridade, “o mais alto nível de formação do sujeito é o reconhecimento do outro como sujeito”. O mesmo pode ser visto em Michel Wieworka, para quem o sujeito é “o que lhe permite ser um ator, se as condições permitem, é o que o permite agir, construir sua experiência, controlá-la, pelo menos até um certo ponto”: e também para Bernard Lahire, que estuda como o ator incorpora os "esquemas de ação".

Os filósofos não ficam muito atrás. Norbert Elias, por exemplo, que, numa filiação fenomenológica, tenta evitar a oposição entre "indivíduos" e "sociedade" e propõe uma sociologia, cujo objeto é constituído de *indivíduos interdependentes*. Como outro exemplo, temos Paul Ricoeur, **que, em que uma perspectiva** hermenêutica, encontra um sujeito duplo. Mas também os historiadores, que, sob o impulso da **Escola dos Anais** (**de ce qui en français s'appelle "l'École des Annales"**), reintroduziram em seu campo de análise os indivíduos enquanto atores e responsáveis pelos eventos através de seus comportamentos e representações padronizadas que eles constroem (conscientemente ou não), os quais explicam os acontecimentos. Isso também pode ser observado na antropologia e na psicologia social. Mas é sua história nas ciências da linguagem que é particularmente esclarecedora para compreender as influências que ocorrem entre as disciplinas.

As ciências da linguagem começaram definindo um **sujeito com tendo** uma identidade potencialmente falante, portador de possibilidades que o sistema da língua oferece, e uma identidade de ser, efetivamente, falante, realizando seu ato de fala. Essa oposição foi denominada diversas vezes, segundo os modelos em vigor, cada um trazendo suas próprias especificações. Para Saussure, a oposição língua/fala justifica a evolução **das estruturas da língua** pelo efeito de retorno do exercício individual da fala; o sujeito, aqui, é uma entidade tida como social, mas, na realidade, desaparece dentro do sistema da língua. Para Chomsky é a oposição competência/desempenho que, se inscrevendo na oposição à **“rigidez”** (**oui**) estruturalista, definia um sujeito “falante-

ouvinte ideal” dedicando-se a operações mecânicas de construção de frases (performance) a partir de estruturas profundas, valendo-se de regras de transformação (competência) que permitem produzir enunciados: o sujeito competente é aqui apenas um ator abstrato cujas operações não se sabe se são de ordem cognitiva ou puramente mecânica.

Assim, podemos dizer que o sujeito estava ausente do estruturalismo saussuriano e do gerativismo chomskiano, mas também estava ausente da análise do discurso de Althusser, iniciada por Michel Pêcheux. O sujeito não é mais o sujeito da língua, mas o sujeito do discurso portador de uma ideologia. Portanto, não é ele quem fala, mas a sociedade que fala através dele: o sujeito não age, ele é levado “passivo”, (*on ne peut pas dire en portugais é agido ?*) assim como o sujeito não fala, ele é “falado” (*ouï*). Não podemos captá-lo porque são os discursos, as “formações discursivas”, diria Foucault, que circulam na sociedade, que impõem as relações de poder nas quais o sujeito é, de certa forma, refém.

Em seguida, surgiu a análise pragmática da linguagem de origem anglo-saxônica (Austin, Searle), o que teve o mérito de retirar os estudos sobre a linguagem de uma imanência que os impedia de levar em conta as forças dos atos de linguagem susceptíveis de produzir efeitos em seus destinatários. Assim surge um primeiro grau de alteridade, levando-se em conta um sujeito destinatário, colocando-se ao mesmo tempo o sujeito locutor em uma relação de influência com ele, ambos ligados por uma intencionalidade.

Enquanto isso, em parte sob a influência da pragmática, vê-se na França um retorno a Benveniste, ao se colocar “o homem no centro da linguagem” e ao se definir o sujeito em uma relação de “intersubjetividade” *Eu-Tu*, por meio de um ato de enunciação. Isso provoca muitos trabalhos sobre a enunciação e Oswald Ducrot desenvolve uma teoria polifônica da linguagem na qual ele propõe separar o sujeito em locutor e enunciador, mostrando, assim, que todo enunciado traz várias vozes.

As teorias da pragmática e da enunciação constituíram uma primeira mudança nas análises linguísticas, e abriram uma porta, como afirma Dominique Maingueneau, para o questionamento sobre a dimensão psicológica e social do sujeito. Mas, no que diz respeito à questão da identidade, as coisas ainda não se apresentam como prontas, pois o sujeito ainda permanece um operador da linguagem sem que as condições situacionais de

produção do ato de fala sejam realmente levadas em conta e, portanto, sem que a questão da identidade do sujeito seja problematizada.

É somente sob a influência da etnografia da linguagem (D. H. Hymes, J. Gumperz), da sociolinguística (B. Bernstein, W. Labov) da etnometodologia (H. Garfinkel, para quem “as ‘pessoas’, as ‘pessoas em particular’ e os ‘indivíduos’ são aspectos observáveis de atividades comuns”), do interacionismo verbal e da análise da conversação (H. Sacks, E. Schegloff, G. Jefferson), retomada e desenvolvida na França por C. Kerbrat-Orechioni, particularmente para o estudo da polidez, e da sociologia da linguagem (E. Goffman), que começou a se levar em conta a identidade social e psicológica do sujeito falante em relação com a do seu interlocutor. Essa nova orientação foi apoiada, por um lado, pelos trabalhos dos psicossociólogos da linguagem (C. Chabrol, A. Trognon, R. Ghiglione, J.-L. Beauvois) que tentavam integrar em seu campo de noções de pragmática e de enunciação, por vezes comprovadas experimentalmente, e por outro lado, pelos estudos de comunicação sobre as mídias, questionando ao mesmo tempo o processo de produção do discurso, segundo o estatuto dos atores, e o da recepção, em função da categoria de receptores. Isso resultou em influências recíprocas no tratamento da questão da identidade do sujeito falante em cada uma dessas disciplinas, mesmo quando os empréstimos não são explícitos. No que me diz respeito, trabalho há muito tempo com essa problemática de desdobramento do sujeito, sujeito comunicante, com sua identidade social, e sujeito enunciativo, com uma identidade discursiva, desdobramento que permite dar conta de contratos e estratégias dos discursos midiáticos e políticos.

Se, no campo dos estudos do discurso, atualmente, coloca-se a questão da relação entre *identidade social* e *identidade discursiva* do sujeito falante, é por causa da configuração entre essas diferentes correntes teóricas que introduzem a ideia de um sujeito com múltiplas funções, construindo, às vezes, identidades mais particularmente linguageiras (como nas teorias da enunciação, da pragmática e dos gêneros), às vezes, identidades comunicacionais em relação às identidades sociais e psicológicas para analisar os jogos de persuasão social.

A noção de *representação* associada à de imaginário é também uma daquelas noções centrais em muitas disciplinas, especialmente na sociologia, na psicologia social e na antropologia.

Ela aparece em Durkheim sob o nome de “representações coletivas”, denominação contestada por Moscovici porque o termo *coletivo* refere-se mais a um grupo fechado em si mesmo e à opiniões coletivas intracomunitárias. Esse autor propõe, então, o termo “representações sociais”, mais genérico, que inclui as representações coletivas, sem prejudicar seu grau de generalização, visto que se trata de definir um conceito que explica e justifica as práticas sociais, suas normas e suas regras. O indivíduo, não podendo se contentar somente em agir, precisa de uma razão para agir, motivos e finalidades que lhe permitam fazer julgamentos sobre o mérito de suas ações; ele deve, portanto, representá-los para si na interação com os outros, e, ao fazê-lo, passa a existir e inventa a sociedade que, ao mesmo tempo, o inventa. As representações sociais são, por conseguinte, uma forma de conhecimento do mundo socialmente compartilhado.

O imaginário é um conceito que tem a sua própria história. No pensamento clássico, a imaginação era considerada como *fantasia* ; ela estava ao lado da loucura («*la folle du logis*»), (*laisser en français*) que se opunha, então, à razão, a única capaz de gerir o encontro entre o Homem e o Mundo. Pensamento clássico que permanece até o século XVIII. Afirmando a existência de uma dupla consciência no homem, dupla consciência que se cruza com a dualidade de um “eu individual” e de um “eu coletivo”, Freud coloca o imaginário, na segunda tópica (“Id / Ego / Superego”), do lado do “Superego”, sendo que o “Id” é da ordem do simbólico. (*c'est bien traduit, mais je ne savais pas qu'en portugais le "ça" de l'inconscient se disait "Id". On ne dit pas "Isso" ?*) Nessa mesma linha, Jung desenvolveu sua ideia de “arquétipos”, como um conjunto de temas recorrentes na construção de imaginários pessoais, baseados em um fundo comum de inconsciente coletivo.

Paralelamente, Bachelard (eles são contemporâneos) opõe a “conceitualização”, atividade racionalizante que produz a ciência e o “sonho”, atividade criativa que produz uma visão poética do mundo ; mas estas duas atividades estão ligadas na medida em que estão na origem dos princípios organizadores do comportamento humano. Ainda de e maneira paralela, a antropologia considera os rituais sociais, os mitos e as lendas como discursos que testemunham a organização das sociedades humanas.

Aparentemente, é nessa linha de definições que C. Castoriadis introduz a noção de *imaginário social* que ele aplica nos casos em que a atividade de representação do mundo

se faz em um domínio de prática social particular (artística, política, jurídica, religiosa, educacional etc.), com o objetivo de dar coerência à relação entre a ordem social e os comportamentos, e, assim, cimentar o laço social com o auxílio dos dispositivos de regulação que são as instituições. É preciso acrescentar, ainda, que o imaginário social é de tamanho variável, em função da maior ou menor extensão do grupo, do jogo de comparações possíveis entre os grupos, e da memória coletiva do grupo que se constrói ao longo da história. Assim, podemos falar tanto em imaginários que se inscrevem *na pessoa* (percepção diferenciada da morte, segundo sua inscrição na história pessoal do indivíduo ou segundo a criação de um sentimento de pertença à sociedade) quanto de imaginários mais propriamente *coletivos*, que variam de acordo com a natureza do grupo.

Aqui não é o lugar apropriado para entrar em detalhes sobre essas definições ou discuti-las, mas sim de constatar a presença do mecanismo de representação nas várias disciplinas. Na história, quando ela vai em busca de *mentalidades*. (ici, il vaut mieux mettre une virgule après "disciplinas" et enchaîner par : "par exemple en Histoire, lorsque celle-ci s'intéresse aux mentalités) Às vezes, na colaboração entre um antropólogo e um linguista: D. Sperber e D. Wilson, em sua teoria da pertinência, falam de “representações partilhadas”, noção fundadora da atividade de linguagem que repousa sobre a ideia de adesão dos membros de um grupo com valores comuns que representem um *consenso* para que consigam se comunicar. Em análise do discurso, os termos *ideologia* e *formação discursiva* são empregados por Michel Pêcheux, em seguida, por Jacques Guilhaumou e Régine Robin, que os relacionam com a história de uma dupla filiação althusseriana e foucaultiana; de maneira semelhante, mas com outros métodos, tem-se M (pourquoi pas "por" ?). Tournier, para quem as “palavras não são em si mesmas uma história... (visto que), é a história que se constrói com elas, nos hábitos, nos acontecimentos, ou seja, na sua narrativa”, o que faz com que elas sejam testemunhas da ideologia. Podemos, ainda, mencionar os trabalhos anglo-saxões em torno da *Análise Crítica do Discurso* (Fairclough N., T. Van Leeuwen, T. Van Dijk, R. Wodak) que procuram, através da interação entre o contexto social e sua apropriação subjetiva pelo sujeito, descrever como “mecanismos mentais controlam os comportamentos languageiros”. Além disso, Anne-Marie Houdebine, na mesma linha de André Martinet, que na década de 1970 inicia investigações sobre fonologia do francês contemporâneo para destacar a maneira pela

qual os indivíduos valorizam ou desvalorizam sua fala, desenvolve o conceito de *imaginário linguístico*. Para a autora, a didática de línguas visa introduzir aos procedimentos de ensino a questão das diferenças culturais, o que a leva a analisar os *estereótipos* como portadores de representações culturais. Enfim, para mim, eu tentei recuperar a noção de imaginário definindo-a como *imaginário sociodiscursivo*, não como um conceito, mas como um mecanismo de engendramento discursivo dos saberes de conhecimento e de crença que moldam a realidade em real significante.

Essa questão é difícil de tratar. Ela advém de uma teoria do conhecimento, e, sabemos, desde a origem da filosofia, há várias, sem contar as questões que as ciências humanas e sociais trazem para a problemática. O que parece certo – apesar das oposições que se ligam mais à defesa de território do que da controvérsia científica – é que não se pode dissociar representação de ação e, portanto, atividade cognitiva, prática social e consciência ativa dos sujeitos. Esses são dotados da capacidade de perceber e avaliar as ações coletivas, permitindo-lhes ajustar seus comportamentos de acordo com as representações do mundo, as situações em que atuam e os lugares que eles acreditam que os outros ocupam. Em outras palavras, parece claro que não podemos dissociar *conhecimento acadêmico*, *crenças sociais* e *conhecimento comum*, embora seja necessário distingui-los para torná-los operacionais.

O que pode ser dito, o que atravessa essas diferentes disciplinas, é que as representações e os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam em grupos sociais (por meio de relações *interdiscursivas* ou *dialógicas*), se organizam em sistemas coerentes de pensamento coerentes, criadores de valores, atuam como justificativa da ação social e se acumulam na memória coletiva.

Há muitas outras noções comuns a diferentes campos disciplinares e suas comparações e paralelismos fazem avançar a pesquisa em cada uma delas. Às vezes, é dentro de um mesmo campo disciplinar que ocorrem influências. Isso acontece com a noção de *estratégia*, encontrada em psicologia cognitiva, em psicologia social e em análise do discurso, para distinguir *persuasão* de *influência social*; o conceito de *dispositivo* encontrado em ciências da comunicação, retomado no contexto da análise discursiva da mídia e da política, visto que ele desempenha um papel fundamental na produção linguageira; a noção de emoção, uma vez tratada pela retórica aristotélica e, em

seguida, praticamente restrito à psicologia, tem sido trabalhado pelos estudos do discurso na relação com os fenômenos de conversação e com os gêneros propagandistas (publicidade, promoção, política), noção evidentemente redefinida em cada caso, se cruzando com outros conceitos tais como *opinião, propaganda e manipulação*.

Instrumentos transversais

Há outro tipo de interdisciplinaridade, a que se vale dos mesmos instrumentos de análise em diferentes disciplinas, ferramentas de análise que podem ser descritas como *transversais*, tais como a informática e o cálculo estatístico. Esses instrumentos são úteis e eficazes no que diz respeito à capacidade de processar grandes quantidades de dados com alta velocidade de execução. Ao mesmo tempo, eles tornam visíveis características que passam despercebidas aos olhos do analista. Devemos, entretanto, reconhecer que eles não são em si mesmos os detentores de uma problematização particular. O uso desses instrumentos se inscreve em uma abordagem indutiva, visando coletar, descrever e classificar os dados observados em diferentes objetos e fenômenos, segundo critérios formais, com um ideal de exaustividade. O trabalho é, desse modo, feito com metodologia tecnicista pura, na medida em que não existem pressupostos específicos que orientam a pesquisa em uma direção ou em outra. Os dados, os índices de descrição e as categorias de classificação são pensados simultaneamente com o instrumento tecnológico de melhor qualidade possível para a coleta de dados, sua classificação e os modos de representação, a fim de proporcionar ao usuário diversas formas de consulta. Trata-se de uma abordagem *descritivista*, centrada em arquivos, enquanto que em toda disciplina segue, de uma forma ou de outra, uma abordagem *construtivista* desenvolvendo seu próprio objeto; a questão que se coloca é: até que ponto a acumulação de dados empíricos, por qualquer meio, permite a *compreensão* do fenômeno estudado.

Dito isso, o uso desses instrumentos permitiu introduzir em algumas disciplinas de estudos quantitativos que servem de base para estudos qualitativos através de amostras fundamentadas e controladas. Assim, vemos surgir nos estudos sobre a mídia e nos discursos políticos, associações interessantes entre análises quantitativas que permitem a construção de *corpora* e levam a perceber a recorrência de certas características dos

modelos mais ou menos sofisticados, das análises semânticas, das análises argumentativas, em relação ao levantamento de dados comunicacionais (dispositivos, identidades dos locutores, gêneros discursivos, tipos de troca etc.).

O recurso necessário a outras disciplinas para a interpretação

A interdisciplinaridade também pode ser exercida de outra forma: valendo-se de diferentes disciplinas para observar um mesmo objeto. Isso poderia se referir ao que eu defini como o *pluridisciplinaridade*, e que distingui de *interdisciplinaridade*. Mas, trata-se, aqui, de preparar o trabalho de uma disciplina por análises realizadas em uma outra, a respeito de um mesmo objeto de estudo, ou de estender as análises fornecidas no âmbito de uma disciplina através do recurso a uma outra. Por exemplo, vemos que para o estudo de um objeto como “a história dos hábitos alimentares” na França, os historiadores são levados a colaborar com geógrafos, antropólogos e até mesmo com urbanistas. Cada uma dessas disciplinas traz seus próprios resultados, valendo-se de instrumentos de análise; mas isso é feito em estreita colaboração, tentando articular entre eles os resultados da análise do *corpus*, os estudos de campo ou os experimentos para se obter uma visão geral do fenômeno estudado. Essa pluridisciplinaridade, diferentemente do que defini como uma simples soma de disciplinas, cada uma produzindo seus próprios resultados, é uma pluridisciplinaridade *articulada e integrada* em torno de um protocolo de análise comum. Prefiro chamar isso de *interdisciplinaridade*. Ela tem sido implementada, por exemplo, na rubrica “troca” da revista *Questions de communication*, sob a forma de discussões críticas permanentes sobre “conceitos e métodos utilizados nos trabalhos sobre informação e sobre comunicação”.

Essa interdisciplinaridade também pode ser realizada em um movimento de extensão de uma análise por uma outra, que traz uma luz complementar ao fato estudado, seja por trabalhos de campo, seja por procedimentos experimentais. Por exemplo, a análise discursiva de uma controvérsia encenada pelas mídias (rádio, jornal e televisão) que poderia ir além através de um trabalho de campo realizado por sociólogos para verificar a recepção, mas levando em conta os resultados da análise anterior. É o que o fez o Centro de Análise do Discurso, da Universidade Paris XIII, ao desenvolver durante

suas pesquisas sobre objetos midiáticos, em colaboração com os psicólogos. Da mesma forma, é difícil estudar certas questões como o fenômeno da “propaganda”, sem a estreita participação da história, da antropologia, da semiologia, das ciências da informação e da ciência política.

O problema da interpretação

Existe um momento no estudo de um fenômeno no qual qualquer pesquisador passa por uma certa apreensão; trata-se da interpretação dos resultados de sua análise, momento em que é preciso tornar o mundo um pouco mais *inteligível*. Isso porque, se cada disciplina, com a ajuda de seus pressupostos teóricos e de seu quadro metodológico, permite que no final de uma análise se estabeleça resultados, ainda é necessário que eles sejam interpretados. Interpretar não é uma tarefa fácil, principalmente porque há muitas maneiras de conceber a interpretação, algumas *finalistas*, outras mais *causais*.

Seria necessário se lançar em um longo desenvolvimento crítico, para discutir as diferenças entre conceitos tais como *compreensão*, *explicação* e *interpretação*. Não é esse o caso, aqui; limito-me a remeter, por exemplo, à declaração feita por Ricoeur em *Entre hermenêutica e semiótica*. Ele discute as noções de *explicação* e de *compreensão*, a partir das posições do alemão Wilhelm Dilthey (*Ciência do espírito*) sobre o nascimento da hermenêutica, e dos filósofos da linguagem que, na sequência de Wittgenstein, distinguem *causalidade* e *motivação*. Ele tenta justificar a oposição dessas duas noções em oposição com Dilthey, que defende somente a *compreensão*, e em oposição com o “Círculo de Viena”, que dá a preferência para a *explicação*. Para ele, não haveria dois campos científicos (ciências naturais, por um lado, a ciência do espírito do outro), mas uma “unidade da ciência”, que repousa sobre os mesmos procedimentos explicativos. Ele também propõe manter o vínculo entre *explicar* e *compreender*, dando primazia à *compreensão* e considerando a *explicação* como uma mediação necessária, mas secundária, e subordinada à *compreensão* e à *interpretação*. Mas a abordagem hermenêutica é também ela flexibilizada; podemos pensar em alguns trabalhos que mostram isso, como, por exemplo, a perspectiva da *Teoria do agir comunicacional* de Habermas, cuja orientação combina psicologia social e descrições estruturais.

Mantendo-me apenas no que permite apoiar a ideia de interdisciplinaridade que defendo, apoio-me, provisoriamente, somente na noção de *interpretação*, pois trata-se, aqui, da interpretação do sujeito analisante, e não do sujeito receptor (leitor, ouvinte, interlocutor, espectador), para o qual prefiro reservar a noção de *compreensão*, movimento de captura do sentido que ele constrói (como quando dizemos: "Eu entendo" ou "Eu entendo você"), segundo o princípio da *reflexividade* proposto pela etnometodologia, que percebe os sujeitos como aqueles que integram em seu fazer social (linguageiro e acional) os motivos e as representações que o justificam. Uma distinção entre duas abordagens que retomam, em parte, algumas definições de Ricoeur.

Interpretar é tentar chegar aos resultados de uma análise através da realização de uma série de *comparações* desses resultados, uns com os outros ou com algo diferente deles. Podemos, assim, fazer dois tipos de comparação e, portanto, dois tipos de interpretação.

Uma interpretação *interna*, que consiste em mostrar *como* (e não *porque*) funciona o fenômeno estudado através de uma comparação entre as várias partes que compõem os resultados de uma análise. Isso pode se dar de maneira *causal*, como o faz, por exemplo, a história, quando ela faz liga os eventos em uma cadeia de causalidade (causas físicas), ou quando ela propõe hipóteses sobre redes de intencionalidade que teriam determinado os eventos (causas motivadoras). Pode se dar, ainda, de maneira *correlativa* como, por exemplo, quando chegamos ao fim de uma análise de um *corpus* de textos mediáticos e relacionamos a descrição dos acontecimentos, os comentários feitos sobre eles, os argumentos trocados em uma polêmica com os tipos de locutores e os temas tratados.

Há um outro tipo de interpretação interna que consiste em colocar parte dos resultados em comparação com as categorias e as hipóteses a partir das quais as análises foram realizadas. Trata-se de um tipo de teste ou de verificação da validade dos conceitos, das categorias e dos instrumentos utilizados nessa análise. Temos como exemplo uma tese que tinha como objetivo mostrar em que medida a teoria dos atos de fala podia ser usada para analisar um *corpus* composto de conversas, como essas categorias poderiam ser reconhecidas como válidas e quais eram seus limites. Trata-se, então, de um procedimento de validação que mostra o poder explicativo, seja de categorias, seja de hipóteses experimentais, ou, ainda de procedimentos de análise

(genéticas, estruturais, imanentistas). É por isso que podemos dizer que esses modos de interpretação interna se assemelham a um procedimento de *explicação*, visto que há um certo caráter de *objetividade*, pois é um movimento *hipotético-dedutivo* com procedimento de verificação.

O outro tipo de interpretação pode ser chamado de *externo*, na medida em que os resultados são confrontados com os de outras disciplinas que estudaram um objeto semelhante. Portanto, podemos confrontar a análise das estratégias discursivas realizadas em um *corpus* de discursos políticos com certas hipóteses que a psicologia social propõe para os processos de influência e que a sociologia propõe para os tipos de público-alvo, ou ainda que a filosofia política propõe para os princípios e os valores que sustentam os regimes políticos. Sabemos que a influência que a filosofia teve na evolução de certas disciplinas: na sociologia (Bourdieu e Wittgenstein), na ciência da linguagem (Austin, Searle, Derrida), na semiótica narrativa (Ricoeur) e na análise de discurso (Althusser, Foucault).

Mas penso, aqui, mais na necessidade de usar uma abordagem *dialogica* (*intertextual* ou *interdiscursiva*) para interpretar os resultados de certas análises de discurso. Por exemplo, quando analisamos um *corpus* composto de textos políticos, não podemos fazê-lo sem recorrer aos escritos da filosofia política, na medida em que esses discursos fazem referências aos regimes políticos (república), aos modos de governança (democracia), às teorias sobre a organização da vida em sociedade (liberalismo, marxismo, nacional-socialismo (ça ne se dit pas comme ça en portugais ?), fascismo), às estratégias de persuasão (populismo, propaganda). Outro exemplo: quando analisamos a maneira pela qual as mídias transmitem os conflitos armados ou as controvérsias sociais, a necessidade de buscar em outros escritos imaginários que circulam, como no caso de guerras, da bioética, da laicidade etc. O movimento, aqui, é o de observação, de comparação (nem ascendente nem descendente), cuja pertinência depende da escolha do sujeito analisante, em um trabalho interpretativo e de natureza *subjetiva*. Mas tal trabalho é a condição para a produção de uma interpretação que consiste, segundo o princípio hermenêutico, em destacar o que está escondido, o que é invisível à observação empírica. Essa é a função crítica de qualquer análise das ciências humanas e sociais, função não restrita a uma teoria em particular.

Esses dois tipos de interpretação não são incompatíveis. Eles se beneficiariam sendo complementares, mas devemos estar conscientes de que, quando se trata da representação interna, tentamos validar o quadro teórico-metodológico, não opinamos muito sobre o objeto analisado enquanto fenômeno social. No entanto, quando se trata de um esforço para interpretação externa, tentamos explicar o fenômeno social estudado, confrontando diferentes pontos de vista, e não questionamos a validade da própria análise. Isso mostra que uma análise pode ter como objetivo seja validar um quadro conceitual com pressupostos teóricos e ferramentas metodológicas, a fim de definir a pertinência e mostrar a eficácia (abordagem ascendente), seja para dar conta dos fenômenos sociais, confrontando cada análise com outros lugares de pertinência, sem negar a sua própria (abordagem horizontal).

Aqui estão alguns exemplos do que seria uma interdisciplinaridade distinta de uma pluridisciplinaridade. Mais uma vez, envolver pesquisadores de diferentes disciplinas em um mesmo programa de pesquisa não é uma garantia de interdisciplinaridade se se trata apenas de ver como diferentes disciplinas lidam com uma mesma questão sem que isso afete, de alguma forma, qualquer uma delas. Reunir em mesmo grupo pesquisadores de diferentes disciplinas, de modo que “as ciências humanas e sociais se construam elas mesmas os seus próprios objetos e seus métodos em uma interação racional com outras ciências, nos domínios – por exemplo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da saúde e da comunicação”, é louvável e promissor, mas não é, como anunciado no Regulamento (Il n'y a pas un mot correspondant à Charte ? En espagnol, c'est "Carta"), uma promessa de interdisciplinaridade. Tomar como objeto de análise o discurso de uma outra disciplina (análise do discurso filosófico, literário, histórico, científico, didático) não é interdisciplinaridade; é fazer análise do discurso sobre outra disciplina, e não interagir com ela. Todos esses procedimentos, por mais valiosos e necessários que sejam, advém da pluridisciplinaridade (com diferentes formas) e não a interdisciplinaridade.

No entanto, há o fato de que certas correntes da ciência da linguagem incluem dados sociológicos, sócio-psicológicos e sócio-comunicativos em seu modelo teórico ou em sua metodologia, e também o fato de psicossociólogos da linguagem integram, alguns deles, elementos pragmáticos (A . Trognon, R. Ghiglione), e, outros, elementos da

enunciação (C. Chabrol). Há, também, pesquisadores das ciências da comunicação que se questionam sobre sua disciplina, apoiando-se em obras de sociólogos, semioticistas e analistas do discurso (B. Mieke) que tratam da análise das mídias, ou, ainda, sociólogos que se veem em um cruzamento entre a economia e a filosofia política, ou, ainda, na intersecção da sociologia, da história e da antropologia. E, por último, o fato de que alguns linguistas tomam emprestado conceitos da psicanálise (A.-M. Houdebine, J. Authier, M. Arrival), o que pode se traduzir em interdisciplinaridade, sem nos esquecermos de que é nesse jogo de empréstimos recíprocos que as disciplinas evoluem e se constroem novas correntes disciplinares.

Em outras palavras, o que é importante para avaliar a interdisciplinaridade é ver em que medida um conceito nascido e se desenvolvido em uma disciplina é redefinido e reutilizado em outra, em que medida são tomados de empréstimo instrumentos de análise ou em que medida uma disciplina recorre a outra para interpretar seus resultados e os efeitos disso.

Mas estes jogos de empréstimos, de integração e de interdiscursividade devem ser feitos, anunciando aquilo que está sendo tomado de empréstimo, integrado ou usado, e como os conceitos tomados de empréstimo são redefinidos em sua própria disciplina. Nada é mais prejudicial para a pesquisa que o confucionismo disciplinar, que se manifesta por meio de empréstimos de conceitos sem que esses sejam explicados: o silenciamento dos empréstimos (e, portanto, não identificáveis), ou empréstimos não redefinidos. Em suma, qualquer uso de noções e hipóteses de uma outra disciplina sem interrogações pode gerar críticas recíprocas.

Se sociólogos utilizam a noção de *gramática* para, em na sequência das propostas de Wittgenstein, construir um conceito central em sua teoria como um conjunto de convenções cujos indivíduos teriam um conhecimento (implícito ou explícito) que lhes permite agir de acordo com eles, seria conveniente lembrar quais são as definições da tradição retórica e da linguística, qual aspecto pode ser retido e qual nova definição lhe é atribuída: trata-se de um conjunto de *regras sistêmicas*, como no caso de uma gramática da língua, de *normas de uso* mais ou menos ritualizadas, que demonstram as possíveis maneiras de dizer ou as *convenções* que regem as condutas dos indivíduos. Se os historiadores trabalham para analisar os fatos da *propaganda*, seria útil que eles

soubessem o que dizem os sociólogos que fazem trabalho de campo, e os semiólogos e analistas do discurso que destacam diferentes tipos de opinião, raramente observadas. Da mesma forma, se os analistas de discurso utilizam os conceitos de *ideologia* ou de *representação*, é necessário que eles consultem os escritos filosóficos, e também os de sociologia, psicologia social e antropologia, como mostrei acima, a fim de se posicionarem-se em relação às definições propostas por essas disciplinas.

Por outro lado, às vezes, acontece dos pesquisadores de uma disciplina encontrarem nos escritos de outras disciplinas conceitos que lhe são familiares, mas com outros empregos. Por exemplo, um analista do discurso encontrará na literatura sociológica ou da psicologia social conceitos de *performatividade*, *pragmática* ou *competência* com sentidos diferentes daqueles que eles têm em ciências da linguagem ; apropriação legítima, mas isso exigiria uma explicação quanto à redefinição que é proposta para os sentidos originais. Com isso, não se deforma a noção em outra disciplina, pois foi anunciado, ao mesmo tempo, que a definição é bem entendida, emprestada e redefinida em seu próprio processo de análise. Isso é o que eu chamo de uma “interdisciplinaridade focalizada”. Cada disciplina deve manter o foco em seu corpo disciplinar, deve manter seu quadro de pertinência que é garantir a validade de suas análises e que elas possam ser discutidas. Toda disciplina precisa de um *lugar geométrico*, caso contrário, não seria possível discutir a relevância de suas análises.

Um exemplo: a interdisciplinaridade no estudo da comunicação

Termino com um exemplo que ilustra essa interdisciplinaridade focalizada, ao mesmo tempo, sob o ponto de vista das noções, dos instrumentos e dos resultados.

Defendo a hipótese de que todo ato de comunicação – seja ele interpessoal privado ou coletivo público – sempre se realiza entre um sujeito *locutor* e um *destinatário-receptor-interpretante* (que pode, em seu turno, tornar-se sujeito falante de maneira simétrica), entre os quais transita um certo ato de linguagem portador de sentido e tendo alguma forma.

Quando se trata de uma comunicação coletiva que se manifesta em um espaço público com a ajuda de vários suportes de transmissão, podemos dizer que a comunicação

ocorre entre uma instância de produção da linguagem, e uma instância de recepção- interpretação (que, por sua vez, pode tornar-se de produção, mas de forma assimétrica), entre as quais transita um certo produto portador de sentidos e tendo várias formas, dependendo do sistema de signos (verbal, icônico, gestual) que o configura.

Essas instâncias são constituídas de atores que agem, que pensam, que falam e que se encontram face a face umas das outras em diversas relações, segundo os status e os papéis que elas sustentam. Alguns desses atores assumem papéis de *produtor* de discurso (por exemplo, nos meios de comunicação: direção do órgão da informação, redatores, jornalistas etc.); outros assumem o papel de *receptor* (por exemplo, leitores, ouvintes, telespectadores), todos vinculados por certas restrições, tanto no lado da produção quanto no da recepção. Ao mesmo tempo, esses atores são levados a representar os lugares que ocupam, a finalidade da troca na qual eles se encontram, além das condições que limitam essa troca.

Tal hipótese de funcionamento da comunicação permite construir um modelo de análise que distingue três *lugares de pertinência*: um lugar das condições da *produção*, um lugar das condições da *recepção* e um lugar de realização do ato de comunicação como um *produto acabado*.

O primeiro é aquele onde são estudadas as condições que sobredeterminam esses atores: a identidade, o status, os papéis e as representações que fazem da instância de recepção, os quais testemunham os efeitos que eles desejam produzir junto a ele (*efeitos visados*). Os trabalhos de sociólogos tais como Cyril Lemieux, Jean-Marie Charon e Rémy Rieffel, para citar apenas alguns, se encontram nesse lugar de pertinência.

O segundo lugar é onde são estudados os processos de compreensão e interpretação dos atores, processos os quais acreditamos testemunhar a maneira como esses atores recebem as mensagens da instância de produção (*efeitos produzidos*). Os trabalhos de alguns sociólogos (Dominique Pasquier, Dominique Mehl, Daniel Dayan, Eric Macé e Eric Maigret), ou de alguns psicólogos (Claude Chabrol, Odile Camus e Patrice Georget, já mencionados), ainda que de maneiras muito diferentes, se encontram nesse lugar pertinência.

O terceiro lugar é onde são estudadas as características do ato de comunicação em sua dupla configuração de forma e de sentido, revelando as múltiplas significações das

quais ele é portador (*efeitos possíveis*), pois, por causa dessa reciprocidade assimétrica entre duas instâncias da troca, o sentido do ato de comunicação resulta de uma *co-construção* feita por elas, e, portanto, o sentido de qualquer produto acabado possui muitos sentidos originados dos efeitos visados e dos efeitos produzidos. Os trabalhos dos analistas do discurso sobre a mídia impressa, o rádio e a televisão se situam nesse lugar de pertinência.

Dessa forma, pode-se instaurar uma interdisciplinaridade nos três níveis descritos acima. No nível das noções, quando os analistas do discurso, os sociólogos e os psicólogos são confrontados com a questão das identidades sociais e discursivas dos atores da troca. No plano metodológico, quando os resultados das pesquisas de campo constituem um novo *corpus*, que pode ser analisado em colaboração entre sociólogos e analistas do discurso, ou quando os psicossociólogos se valem dos resultados da análise do discurso (*efeitos possíveis*) para medir a compreensão (*efeitos produzidos*) junto a diversos públicos por meio de métodos experimentais. No nível de outras disciplinas, ao se tentar interpretar esses diversos resultados, do ponto de vista de uma perspectiva histórica, ou do ponto de vista moral, valendo-se de uma filosofia da ética.

X.X.X.X

Nos anos 1970-1980, como já mencionei, Roland Barthes, Edgar Morin, Gérard Genette, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Paul Ricoeur, dentre outros, abriram, na França, o caminho para uma multiplicidade de relações entre as disciplinas das ciências humanas e sociais. Não se trata de um novo paradigma, visto que pressupostos epistemológicos e teóricos, métodos de análise e de interpretação permanecem distintos, segundo as disciplinas e correntes disciplinares. Mas, a partir daí, nenhuma disciplina, excluindo o momento de seu procedimento de análise, não pode ficar fechada em sua ortodoxia. Ela precisa estar disposta a abrir-se a uma dupla interrogação, interna e externa ao seu campo disciplinar, e, para tanto, pareceu-me interessante propor essa distinção entre uma abordagem pluridisciplinar, que acumula, mas, não articula, uma transdisciplinaridade, que atravessa os lugares de relevância, mas, que pode perder seu

lugar de referência, e uma interdisciplinaridade, que troca, coopera, partilha, questionando e integrando de maneira crítica.

Parece-me que é nessa abordagem interdisciplinar focalizada que poderão ser discutidos conceitos e questões atualmente centrais nas ciências humanas e sociais: dominação, reflexividade, relação entre abordagem empírica e interpretação crítica, relação com o conhecimento, que leva à questão da postura ética do pesquisador. Mas isso é outra discussão.

Dizer que os fenômenos sociais são complexos não é uma fórmula simples, e dizer que devem ser analisados de uma forma abrangente não é apenas um slogan **altermundialiste (il doit bien y avoir "altermundialista en portugais, non ?)**. Mas essa tomada de consciência não nos livraria do risco de cometer três erros. O primeiro deles seria pensar que só os grandes sistemas explicativos permitiriam dar conta dos fenômenos sociais. Isso seria voltar para o período dos grandes *-ismos*: estruturalismo, gerativismo, interacionismo ou historicismo de ontem, sociologismo, economismo e juridismo de hoje. Isso seria querer essencializar modelos de análise, em nome da cientificidade, tornando-os dominantes e abrindo caminho para o totalitarismo intelectual. O segundo seria pensar que a utilização simultânea – e não-crítica – de muitas disciplinas deveria permitir melhor explicar os fenômenos. Isso seria praticar um amálgama que poderia criar ilusão, mas seria apenas uma fachada. O terceiro seria pensar que nunca daríamos conta dos fenômenos, devido à sua complexidade e, assim, defender um relativismo neutro, acumulando estudos empíricos locais sem nenhum outro objetivo além de trazer uma pequena colaboração, uma pedra para a construção de uma catedral do conhecimento da qual veríamos apenas uma pequena parte. Isso seria, então, despir-se qualquer desejo de explicação.

É verdade que hoje devemos lutar contra uma tendência do *quantitativismo*, quando esse se apresenta como a única garantia de cientificidade, com seus vários modelos de análise estatística, que quer impor a ideia de que o cálculo matemático desvende a verdade científica, enquanto que ela é útil somente a título de instrumento tecnológico. Também é verdade que devemos lutar contra o *confusionismo* de uma pluridisciplinaridade selvagem, ou pelo menos não-racional, que se apresentaria como a única maneira de apreender a complexidade do mundo, e que ocultaria a necessidade de

se recorrer ao rigor desta ou daquela disciplina, a única possibilidade de discutir os resultados de forma crítica. É verdade que devemos lutar contra aqueles que tendem a refugiar-se em um *localismo*, em nome de uma certa autenticidade, embora útil na descrição empírica, mas que não permite uma abordagem crítica dos fenômenos sociais.

A interdisciplinaridade focalizada não deve ser considerada uma nova modalidade para os pesquisadores que querem se livrar do rigor de uma disciplina. Ela permite escapar da polêmica questão sobre a classificação das disciplinas em áreas, classificação que vários pesquisadores tem tentado fazer, incluindo Jean Piaget e Claude Lévi-Strauss na década de 1980, Maurice Godelier e Jean-Claude Passeron na década de oitenta. Exercício bastante útil, pois obriga a se perguntar sobre os fundamentos das disciplinas das ciências humanas e sociais, mas é uma operação que pode obscurecer o trabalho necessário de confrontação e articulação dessas disciplinas.

Em vez de discutir sem parar com o objetivo de conhecer quais são as ciências humanas e sociais, em vez de correr o risco de demonstrar a predominância de uma dessas ciências, sobre a outra, em vez de tentar um consenso sempre discutível – pelo fato de que “estamos longe de um consenso mínimo ou do compromisso provisório... (pois) entre os defensores da ciência positiva, aqueles que defendem as posições hermenêuticas e aqueles que recusam a alternativa positivismo/construtivismo, o diálogo é, pelo menos, difícil e as respostas divergentes” – em vez disso, uma interdisciplinaridade focalizada, que não é um modelo, mas um estado de espírito, um estado de espírito que engendra uma abordagem que procura manter tanto o múltiplo pertencimento disciplinar dos fenômenos sociais (*interdisciplinaridade*) e o rigor de uma disciplina (*focalizada*).

Referências Bibliográficas

BARTHES, R. *Essais critiques IV*. Paris: Seuil, 1984.

BOLTANSKI, L. & THEVENOT, L. *Les économies de la grandeur*. Paris: Presses universitaires de France, 1987.

BONNAFOUS, S. & M. TEMMAR, M. (orgs.) *Analyse du discours et sciences humaines et sociales*. Paris: Ophrys, 2007.

BOURRE, R. *Les sciences humaines et sociales en France*. BE Fernelmont: E. M. E. & InterCommunications, 2007.

BOURRE, R. *Les sciences humaines et sociales en France*. BE Fernelmont: E. M. E. & InterCommunications, 2007.

BURGER, M. (org.) *L'analyse linguistique du discours des médias: rapports, limites et enjeux*. Québec: Nota Bene, 2008.

CAMUS, O. Les interactions langagières. In: PETARED, P. (org.) Bréal: *Psychologie sociale*, 1999, p. 259-316.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

CHABROL, C. & RADU, M. *Psychologie de la communication et persuasion*. Bruxelles: De Boeck, 2009.

CHABROL, C. Réguler la construction de l'identité du sujet du discours. In: BERRENDONNER, A. & PARRET, H. (orgs.) *L'interaction communicative*. Peter Lang: Berne, 1990, p. 215-229.

CHARAUDEAU, P. (org.) *La télévision et la guerre. Déformation ou construction de la réalité? Le conflit en Bosnie (1990-1994)*. Bruxelles : Ina-De Boeck, 2001.

CHARAUDEAU, P. Tiers où es-tu ? In: CHARAUDEAU, P. (org.) *La voix cachée du Tiers. Des non-dits du discours*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 19-41.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2005.

CHARAUDEAU, P. Analyse du discours et communication. L'un dans l'autre ou l'autre dans l'un? In: *Sémiotique et communication. État des lieux et perspectives d'un dialogue*. Revue Semen n° 23. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, avril 2007, p. 65-77.

CHARAUDEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. (org.) *Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnement ordinaires et mises en scène*, Tome 4, Paris: L'Harmattan, 2007, T. 4, p. 49-63.

CHARAUDEAU, P. (org.) *La médiatisation de la science. Clonage, OGM, Manipulations génétiques*. Bruxelles: De Boeck-Ina, 2008.

CHARAUDEAU, P. (org.) *Identités sociales et discursives du sujet parlant*. Paris: L'Harmattan, 2009.

- CORCUFF, PH. *Les nouvelles sociologies*. Paris: Nathan-Université, 1995.
- DARBELLAY, F. *Interdisciplinarité et transdisciplinarité en analyse des discours. Complexité des textes, intertextualité et transtextualité*. Genève: Slatkine, 2005.
- DEBRAY, R. *Manifestes médiologiques*. Paris: Gallimard, 1994.
- ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991.
- ESPERET, E. Apprendre à produire du langage: construction des représentations et processus cognitifs. In: *Acquisition et utilisation d'une langue étrangère. L'approche cognitive*. Revue *Le Français dans le monde*. n° spécial. Hachette, 1990, p. 8-15.
- FLEURY, B. & WALTER, J. Pour une critique des médias en temps de conflit? Revue *Questions de communication*. n° 10. Presses universitaires de Nancy, 2006, p. 3-31.
- GEORGET, P. *Analyse psycho-socio pragmatique des communications médiatiques à visée persuasive*. Thèse de doctorat. Université de Paris VIII, janvier 1997.
- GODELIER, M. *L'état des sciences de l'homme et de la société en France. Analyse et propositions pour une politique nouvelle*. Paris: La Documentation française, 1982.
- GODELIER, M. *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris: Albin Michel, 2007.
- GUILHAUMOU, J. A propos de l'analyse du discours: les historiens et le *tournant linguistique*. Revue *Langage et société*. n° 65. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1993. p. 5-38.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1981.
- HOUDEBINE, A.-M. (org.) *L'imaginaire linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2002.
- JUILLARD, J. *La reine du monde. Essai sur la démocratie d'opinion*. Paris: Flammarion, 2008.
- JULES-ROSETTE, B. Entretien avec Harold Garfinkel. Revue *Sociétés*. n°5, sept. 1985.
- KOURILSKY, F. (org.) *Carrefour des sciences*. Actes du colloque du CNRS, Éditions de CNRS, Paris, 1990.
- LAHIRE, B. *L'esprit sociologique*. Paris: La Découverte, 2005.
- LEFEBURE P. Quand les citoyens discutent le lien représentatif. Thèse de doctorat à l'IEP de Paris, 2008.
- LEMIEUX, C. *Le devoir et la grâce. Pour une analyse grammaticale de l'action*. Paris:

Economica, 2009.

LEVI-STRAUSS, C. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

LEVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.

LEVI-STRAUSS, C. Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. vol. 16, n° 4, 1964.

LOCHARD, G. Parcours d'un concept dans les études télévisuelles. *Revue Hermès* n° 25, *Le dispositif*. Paris: CNRS-Communication, 1999, p. 143-151.

MIEGE, B. Les apports à la recherche des sciences de l'information et de la communication. *Revue Réseaux* n°100, p.547-568.

OGIEN, A. *Les formes sociales de la pensée. La sociologie après Wittgenstein*. Paris: A. Colin, 2007.

PASSERON, J.-C. Les sciences sociales: unité et diversité. In: GUILLAUME M. (org.) *L'état des sciences sociales en France*. Paris: La Découverte, 1982, p. 10-15.

PECHEUX, M., Les Vérités de la Palice in *L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pécheux présentés par D. Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres, 1990, p. 175-244.

PETITCLERC, A & SCHEPENS, PH. (orgs.), *Critical Discourse Analysis*. *Revue Semen* n° 27. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2009, p. 17-31.

PIAGET, J. Classification des disciplines et connexions interdisciplinaires. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 16, n° 4, 1964.

PLANTIN, C. ; DOURY, M. & TRAVERSO, V. (orgs.) *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000.

RINN, M. *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008.

QUERE, L. *La sociologie à l'épreuve de l'herméneutique*. Paris: L'Harmattan, 1999.

RICOEUR, P. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges: PULIM, 7, 1990.

RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: A. Colin, 1973.

ROUQUETTE, M-L & RATEAU, P. *Introduction à l'étude des représentations sociales*, Grenoble: PUG, 1998.

SOULAGES, J.-C. Identités discursives et imaginaires figuratifs. In: HOUDEBINE, A.-

M. (org.) *L'imaginaire linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 103-109.

TOURAINÉ, A. Sociologie sans société. In: WIEVIORKA, M. (org.) *Les sciences sociales en mutation*. Auxerre: Éditions Sciences humaines, 2007, p. 26-36.

TOURNIER, M. *Des mots sur la grève. Propos d'étymologie sociale*. vol.1, Paris : Klincksieck, 1992. p. 9.

TROGNON, A. & GHIGLIONE, R. *Où va la pragmatique?* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

WIEVIORKA, M. Introduction. In: WIEVIORKA, M. (org.) *Les sciences sociales en mutation*. Auxerre: Éditions Sciences humaines, 2007, p. 9-21.